

CENAS DA VIOLÊNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO CONTO “CIDA”, DE CHICO BUARQUE DE HOLLANDA

SCENES OF VIOLENCE IN BRAZILIAN LITERATURE: AN ANALYSIS OF THE SHORT STORY “CIDA” BY CHICO BUARQUE DE HOLLANDA

Matheus Galiza ¹

Universidade Federal de Goiás

Edna Silva Faria ²

Universidade Federal de Goiás

Resumo: O objeto de estudo deste texto é o conto “Cida”, de Chico Buarque, e está presente no livro *Anos de chumbo e outros contos*, publicado no ano de 2021. A narrativa desenvolve-se em torno da personagem nomeada Cida, uma mulher de meia-idade em situação de rua. O artigo objetiva analisar as marcas da violência na narrativa, sobretudo as que dizem respeito às formas de exclusão social, à pobreza, à espoliação feminina e à invisibilidade dos que vivem nessa condição e estão circunscritos ao cenário da marginalização. Intentamos apresentar de que maneira a violência opera sobre esses indivíduos destituídos de condições dignas de vida e de cidadania e de que maneira a sociedade perpetua e mantém esse ciclo, as estruturas de violência se ramificam, dando origem a outras manifestações, graças aos mecanismos que permitem as engrenagens da violência funcionarem por meio de ações e políticas inadequadas e ineficientes. Objetivamos também demonstrar as estratégias de sobrevivência a partir da destituição de três direitos básicos do cidadão: moradia, saúde e saneamento básico, e a manutenção da vida e de alimento não pela conquista por meio da dignidade de um trabalho, da realização pessoal como mulher e cidadã, mas pela ação de terceiros. Adotamos como método a revisão bibliográfica por meio de autores que discutem o tema da violência e da marginalização, tais como Delcastagnè (1996), Souza (2023), Telles (2001), Santos (2023), dentre outros, e pela análise da narrativa, entrelaçada dos dispositivos de poder que permeiam a desigualdade social.

Palavras-chave: Cida; violência; situação de rua; marginalização; desigualdade social.

Abstract: The subject of this text is the short story “Cida”, by Chico Buarque, which appears in the book *Anos de chumbo e outros contos*, published in 2021. The narrative revolves around the character named Cida, a middle-aged woman living on the streets. The article aims to analyse the marks of violence in the narrative, especially those that relate to forms of social exclusion, poverty, the dispossession of women and the invisibility of those who live in this condition and are confined to the scenario of marginalization. We intend to show how violence operates on

¹ Graduando em Letras Português da Universidade Federal de Goiás. Bolsista Iniciação Científica. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4776667657546073>. Orcid: 0009-0003-7839-5196. E-mail: matheusgaliza@discente.ufg.br

² Graduação em Letras, Doutorado em Letras e Linguística, Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3036225069737025>. Orcid: 0000-0002-1752-9125. E-mail: edna_faria@ufg.br.

these individuals who lack dignified living conditions and citizenship, and how society perpetuates and maintains this cycle. The structures of violence branch out, giving rise to other manifestations, thanks to the mechanisms that allow the gears of violence to work through inadequate and inefficient actions and policies. We also aim to demonstrate the survival strategies based on the deprivation of three basic citizens' rights: housing, health and basic sanitation, and the maintenance of life and food not through the dignity of a job, personal fulfillment as a woman and citizen, but through the actions of third parties. The method adopted was a bibliographical review of authors who discuss the theme of violence and marginalization, such as Delcastagnè (1996), Souza (2023), Telles (2001), Santos (2023), among others, and the analysis of the narrative, intertwined with the power devices that permeate social inequality.

Keywords: Cida; violence; homelessness; marginalization; social inequality.

Texto de autor convidado.

Introdução

A arte em todas as suas dimensões e a seu modo, configura-se como uma representação da sociedade e, dentre muitos de seus objetivos, comporta o de desnudar os fatores que compõem a trama das relações entre os indivíduos. A violência é uma constante na realidade brasileira, afetando a sociedade, principalmente os grupos que constituem as classes mais baixas e são mais vulneráveis a essa condição. Esse tema é objeto de estudo de vários campos do conhecimento e, neste artigo, tratamos desse aspecto, objetivando identificar de que maneira os discursos operam para a manutenção dessas forças na narrativa, espaço de reflexão sobre as variáveis formas da violência no contexto brasileiro.

Este texto tem como objeto de estudo o conto “Cida”, escrito por Chico Buarque de Hollanda, e investiga a manifestação da violência brasileira³, sobretudo no que

³ De acordo com o “Atlas da violência” divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2024, a região Nordeste configurou-se como a região mais violenta do Brasil, ficando à frente da região Sudeste, que segundo os dados do instituto tem alto índice de morte com armas de fogo. Disponível em <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/251>. Em relação à pobreza, pesquisas da Fundação Getúlio Vargas apontam para o contingente de 60,4 milhões de pessoas em situação de pobreza, no ano de 2023 para 2024, números correlatos com realidades que expressam a falta de políticas públicas. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/pos-pandemia-extrema-pobreza-cai-metade-no-brasil-e-ne-e-50-da-reducao>.

O Estudo Global Sobre Homicídios, divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 2023, mostrou que, entre 2019 e 2021, mais pessoas foram vítimas de homicídios do que de conflitos armados ou atos terroristas combinados. Realizada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), a pesquisa baseou sua análise em dados de 2021, quando houve um número estimado de 458 mil homicídios em todo o mundo, resultando em uma tragédia global de 52 vítimas por hora. Em 2021, a taxa global de homicídios foi de 5,8 por 100 mil pessoas. Entre os países, a Jamaica registrou a maior taxa de homicídios em 2021, com 52,13 por 100 mil habitantes, seguida pela África do Sul (42,40) e por Santa Lúcia (38,96). Já o Brasil aparece em 14º lugar na lista, com 21,26 homicídios a cada 100 mil habitantes. Este é um trecho original publicado em Exame.com. Leia a matéria completa em

concerne à pobreza, à espoliação feminina e à invisibilidade dos que vivem em situação de rua.

No conto “Cida” identificamos o ecoar de múltiplas vozes, vítimas e algozes que, na tecelagem do trabalho literário, denunciam as perversidades da violência cotidiana por meio de relações estabelecidas entre as personagens, manifestadas nas ações consideradas caridosas, mas que são estratégias de manutenção de poder na relação entre pessoas em situação de rua e habitantes de um bairro de classe alta na cidade do Rio de Janeiro.

A discussão constrói-se a partir da percepção do apagamento desses indivíduos que habitam as ruas de grandes e de pequenas cidades do país e estão submetidos a uma violência que opera de maneira física, mental e emocional. Objetivamos, portanto, analisar as conexões dessas formas de violência, de forma paradigmática, por meio da figura da personagem principal – Cida, cujo nome intitula a narrativa, imersa em um cotidiano de exclusão, de limitações, de carências e de desprovimento de condições básicas para uma forma de vida digna a um ser humano.

Adotamos como suporte teórico os estudos de Dalcastagnè (1996), por tratar da interação entre literatura e história nacional; Souza (2023), ao discutir os emaranhados invisíveis que permeiam as estruturas de violência; Santos (2023) e Telles (2001), ao abordarem os aspectos de manutenção desses códigos e símbolos hierárquicos. O texto está organizado

1. Os “fios invisíveis” condutores de uma vida na violência

A história da formação do Brasil apresenta uma trajetória pontuada pela violência, manifestada nas suas mais diversas formas, notada desde as relações de poder entre dominantes e dominados, os que o detém e os que dele são isentos, as organizadas e mantidas no âmbito das finanças, do tráfico de drogas, a exclusão das minoridades até uma outra que opera de maneira sutil.

No conto selecionado para a análise, intitulado “Cida”, a narrativa se empreende em torno de uma personagem homônima, uma mulher moradora de rua, como muitas outras narrativas e produções literárias, essa também tem como tema a violência desmembrada no apagamento da personagem, o que torna a obra lócus de denúncia de

https://exame.com/mundo/os-paises-com-maiores-taxas-de-homicidio-segundo-a-onu/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento

uma característica marcante do país, como apontado por Regina Dalcastagnè (1996), quando afirma que o romance (a literatura) tornou-se um espaço acolhedor, capaz de entalhar a história do país.

O conto objeto de análise é narrado em primeira pessoa, nos apresenta uma mulher entre trinta e quarenta anos, “... até bonita, apesar da pele rude e dos dentes maltratados ...” (Buarque, 2021, p. 75) que vive em situação de rua, “morava na praça Antônio Callado, endereço bacana a poucos passos do mar do Leblon” (2021, p. 75). O conto segue um ritmo lento, em que o narrador, morador do Leblon, descreve a história de seus encontros corriqueiros com a mulher, quando saía de casa para fazer caminhada no calçadão. Durante os encontros, Cida e o narrador ganham proximidade, e isso faz com que adentremos na subjetividade dessa figura enigmática e curiosa. Por meio dessa personagem, reconhecemos contornos da vida comum, cenas do cotidiano, a degradação humana contada pelas frestas da ficção. O clímax do conto está reservado para o final trágico de Cida, vítima da dureza das ruas e da indiferença social, encolhendo-se em sua insignificância, vira cinzas, guardadas em uma pequena caixa de sapatos.

No conto “Cida”, a representação da pobreza e da incivilidade estão amalgamadas na composição de uma personagem em situação⁴ de rua, marginalizada pela desigualdade e invisibilizada socialmente. Destituída de condições de uma vida digna, sobrevive do pouco dinheiro que ganha dos transeuntes, veste-se com as roupas e adornos que “as moradoras dos prédios ricos lhe doavam por caridade e deboche” (2021, p. 75) e o alimento eram as sobras; dormia ao relento e a higiene era feita precariamente nas águas do canal. A situação vivenciada pela personagem espelha a de milhares de pessoas que vivem em condições sub-humanas nas ruas brasileiras, assinalando esse grande problema social, em forma de uma violência que age por meio da invisibilidade em relação a essas pessoas, nas pequenas e nas grandes cidades.

Identificamos, no conto, que as estruturas da violência se ramificam, dando origem a outras manifestações, o que é possível graças aos mecanismos que permitem as engrenagens da violência funcionarem, agindo como “fios invisíveis e condutores”, nos termos de Jessé Souza (2023). O sustento de Cida se dá não pela conquista própria

⁴ Segundo a Agência Brasil, em 2024 mais de 327 mil pessoas viviam em situação de rua no país, um aumento de 25% em relação a 2023. Dados do levantamento feito pela UFMG. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-01/aumenta-em-25-o-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-pais>

por meio da dignidade de um trabalho, da realização pessoal como mulher e cidadã, mas pela ação de terceiros.

O termo “fio invisível” cunhado pelo sociólogo brasileiro Souza⁵ (2023), refere-se aos aparelhos e freios sociais que, instituídos historicamente e de forma opaca e silenciosa, (re)estruturam as violências cotidianas⁶ do presente. No conto mencionado, parte dos mecanismos sociais que legitimaram e continuam a legitimar, cronicamente, a desigualdade social no Brasil, marcada pela força da violência e da pobreza, são instituídas como características nacionais e naturalizadas. Notamos no conto a representação desses símbolos e códigos hierárquicos, discutidos por três sociólogos brasileiros, Milton Santos (2023), Jessé Souza (2023), Vera da Silva Telles (2001), os quais dialogam sobre a composição social e de quem fazemos uso dos conceitos que serão debatidos.

Historicamente, o Brasil aprendeu a conviver com a presença da pobreza e da violência, ambas amalgamadas pela mesma estrutura de poder: da violência. A pobreza, segundo Telles (2001), sempre foi reconhecida e tratada como uma paisagem natural, fazendo parte do percurso modernizador, não se teve, ou se tem, um olhar de identificações sociológicas e combate efetivo. Muito dessa realidade está ancorada nos discursos de desenvolvimento financeiro, acreditando que a saída para dirimir as causas da pobreza está na abertura de mais vias de acessos materiais. São esses discursos que relegam as causas da pobreza ao senso econômico, ignorando as dimensões sociais e culturais constituintes do Brasil.

Santos (2023, p. 21) aponta que, dada a incompreensão e ineficácia das ações, a pobreza passou a ser considerada “apenas como uma situação transitória, um estágio necessário na mobilidade social”, sendo passível de tolerância e de convivência harmoniosa. A forma como a pobreza é percebida em nossa sociedade reforça a duração de seus efeitos e estigmatiza o pobre, aferindo a este um *status quo* de fracasso. No que se refere ao conto “Cida”, notamos o atravessamento da pobreza pela indiferença dos transeuntes à situação de rua vivenciada pela personagem protagonista, uma

⁵ Jessé Souza é sociólogo e professor universitário, autor de inúmeras obras no campo social, sobretudo obras que refletem as desigualdades sociais e diferenças de classes no Brasil.

⁶ Violências cotidianas, em nossa concepção, se trata de múltiplas formas de opressão que atingem os indivíduos em sociedade. Neste capítulo, trataremos, especificamente, da pobreza e de suas consequências, fator central do conto “Cida”.

representação de um sistema que banaliza o pobre e a pobreza, relegando-os às posições mais baixas, sórdidas e asquerosas.

A narrativa se desenvolve à maneira de um relato, com o narrador apresentando o modo como construiu o relacionamento amistoso com Cida, a forma como oferecia ajuda a uma pessoa destituída de acesso a condições melhores de vida. Em um tom denunciador, o conto ganha contornos específicos de representação das desigualdades sociais no Brasil, passando a serem conhecidos do leitor os aspectos da sociedade que margeia Cida, a um lugar relegado de “caridade e por deboche” (2021, p. 75). A pobreza⁷, à qual a personagem está submetida exemplifica sobre as estruturas da sociedade brasileira, sobretudo o abismo que se abre entre os que têm uma posição social e os que não têm, a indiferença social, como é próprio da dinâmica de governos pautados em uma política de exclusão. Essa diferença se manifesta quase que intuitivamente, uma vez que está associada ao imaginário popular e ao tradicionalismo cultural e moral de classes que formam nossa sociedade, pois são como códigos que ditam o comportamento social dos indivíduos e que se sobrepuja ao senso de sociabilidade.

A supressão da violência, nos moldes da pobreza, está inteiramente ligada à forma como precisamos percebê-la: para além do discurso econômico. É preciso enxergar não apenas a condição das variáveis contábeis, mas os fatores sociais que legitimam a estrutura da pobreza e negam o acesso pleno aos direitos assegurados pela Constituição Federal. No conto em análise, esse aspecto se materializa na situação vivida por uma mulher praticamente sem identidade: não têm nome completo, não tem endereço, provavelmente não tem certidão de nascimento — documento primordial para ter acesso às políticas públicas no sistema burocrático brasileiro.

A manutenção da pobreza ocorre também por meio dos discursos que validam e naturalizam as diferenças e o histórico de violência no país como pertencente ao traço cultural brasileiro, um problema que se amplia com o passar dos anos e a ausência de políticas adequadas para o tratamento do tema, uma vez que são várias as motivações

⁷ De acordo com pesquisa veiculada pela Fundação Getúlio Vargas, no ano de 2023, a região Sudeste compunha um quadro de 2.244.515, pessoas em situação de extrema pobreza, o que nos leva a crer na amplitude da desigualdade social em espaço urbano, como a da personagem “Cida” no conto analisado. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/pos-pandemia-extrema-pobreza-cai-metade-no-brasil-e-ne-e-50-da-reducao>

para que uma pessoa esteja em situação de rua. Conforme Denize Elena Garcia (2015, p. 83):

A população em situação de rua, em geral, perdeu as fitas desses liames de aconchego que fazem de uma casa um lar. Muitos perderam antes o vínculo do trabalho profissional, que é o que traz o pão para dentro de casa, que assegura tanto a provisão quanto a proteção e ajuda a manter acesa a chama do lar. (Garcia, 2015, p. 83).

Em termos de discursivização, a pobreza sempre foi ferramenta retórica de medidas populistas, ocupando a fala de desenvolvimento econômico, sendo ainda objeto de uso político e, embora a Constituição Brasileira estabeleça o direito à moradia e a condições dignas de vida, a realidade não necessariamente corresponde a essa orientação, porque o movimento em direção à resolução desse problema é lento e depende de ações políticas.

O Brasil, desde os períodos remotos, esteve envolto da aura desumana, marcado pela violência nos discursos econômicos, em que consistia a imposição da máquina desenvolvimentista sobre os socialmente desfavorecidos, como foi o exemplo da construção de Brasília na virada para a década de 1960. Em sua maioria, os construtores da nova capital eram pobres, oriundos das regiões nordeste, de Goiás e do norte de Minas Gerais, em busca de emprego e condições de moradia. Brasília tornou-se exemplo da imposição arbitrária dos discursos econômicos desenvolvimentistas, mas sobretudo da violência que vitimizou os candangos, como eram conhecidos esses contrutores. Além disso, houve uma concentração de esforços estatais, na figura do presidente Juscelino Kubitschek, em concentrar a renda econômica do país para a construção da nova capital, por meio da abertura de capitais estrangeiros, concedendo privilégios fiscais e econômicos. Dessa forma, as medidas tomadas no governo Kubitschek acresceram e trouxeram maior evidência às desigualdades sociais, sobretudo quando relegou ao mundo urbano maior importância, em um Brasil que tinha sua população rural em maior número. Lilia Schwarcz (2018) aponta nuances desse período:

A nova capital não tem ruas, nem praças, nem calçadas, nem pedestres. Lá, diziam os primeiros moradores, o corpo humano se divide em três partes: cabeça, tronco e rodas. Sua construção também carrega ambivalências do Plano de Metas. Nunca se soube ao certo quanto custou Brasília. Tampouco se sabe quantos operários morreram na pressa da construção (...). Sabe-se apenas que os milhares de operários vindos sobretudo do Nordeste, Goiás e do Norte de Minas Gerais – os candangos –

só moraram em Brasília quando aquilo era canteiros de obras. Concluída a capital e instalado o governo, tiveram poucas opções: ou foram devolvidos a seus estados natais, ou foram viver segregados em acampamentos semelhantes a favelas, na periferia (...).

Brasília expulsou os pobres para a periferia (...) também sustentou as condições para tornar o poder na república mais asséptico, mais isolado, mais vaidoso, mais arrogante. (Schwarcz, 2018, p. 427).

A emergência de uma cidade nas proporções da nova capital federal evidenciou um aspecto que favorece a ampliação da pobreza. Ocupando o imaginário da sociedade, o atravessamento de discursos e justificativas às medidas impostas e fabricadas para acelerar a economia, apagava o pobre do cenário, impulsionado pelo êxodo rural em direção às grandes cidades, ocupando as regiões no entorno dessas cidades. As mais visadas eram principalmente as das regiões mais ricas, resultando no crescimento urbano, porém sem o mesmo aumento de oportunidades igualitárias, devido à ausência de planejamento para a fixação dessas famílias, por meio da oferta de empregos, de condições básicas e de infraestrutura social.

A distribuição desigual de renda gera um descompasso na busca por equidade e explicar as desigualdades do Brasil, sobretudo a da pobreza pela lógica desenvolvimentista é relegar todos os outros fatores, principalmente os sociológicos, a uma grande desimportância, o que a perspectiva neoliberal tem produzido. Acreditar que o pobre é pobre porque quer é uma violência, dada a complexidade que abarca o estrato social brasileiro. Esses discursos potencializam o problema e são uma forma de justificar as condições precárias de vida das pessoas em situação de rua, exemplificadas pela personagem do conto objeto deste estudo.

Um problema de nossa sociedade é a naturalização da violência, ou como aponta Marilena Chauí (2021, p. 57): “a instituição da experiência insólita do arbítrio legal”. Aprendemos a conviver com as injustiças sociais de forma corriqueira e cotidiana, sem questionarmos as agressões e os agressores, demonstrando a minimização para a luta de equidade social. O apagamento, a opacidade e a domesticação da violência se tornaram banais, compactuando em muitos casos com as agruras do cotidiano e, na história de Cida, essa agressão é revestida da bondade das moradoras doadoras de roupas e de alimentos, do narrador, que lhe fornecia dinheiro, e revela ter vergonha de conhecê-la: “Confesso que me dava um pouco de vergonha, porque no calçadão eu sempre topava com conhecidos, e por mais que acelerasse ela emparelhava comigo, com seu vestido de

baile, a barriga protuberante e a caixa de sapatos” (2021, p. 80).

A violência é recorrente na sociedade brasileira e está diretamente associada à pobreza, fruto da grande desigualdade existente no país. No conto, a narrativa se desenvolve no Leblon, bairro nobre, localizado na zona sul do Rio de Janeiro, habitado por moradores de classe média e de classe alta, pessoas que fazem parte da elite cultural, econômica e política da cidade e é conhecida não apenas pela beleza do conjunto, mas também pelos altos índices de violência e de desigualdade social. A narrativa ilustra essa condição, quando apresenta o cotidiano de Cida pela visão de um narrador que a coloca como ponto central da narrativa, no entanto é à periferia social que ela pertence.

Telles (2001) aponta que, após os anos de ditadura militar no Brasil, a abertura para a redemocratização possibilitou o debate para combater a institucionalização da desigualdade. Desse período surge a necessidade como “dívida social” de mapear e estabelecer meios na agenda pública de combate à pobreza. A Constituição Federal de 1988 seria a porta de entrada para regulamentar a condição de “gente” aferida a todos os brasileiros: “(...) a nova Constituição, aprovada em 1988, expressou a aspiração por uma sociedade democrática e mais igualitária” (Telles, 2001, p.15). Todavia, a tentativa de compor uma sociedade igualitária em direitos mostrou-se insuficientemente frustrantes e ainda o é, dado que os próprios mecanismos legais estão imbricados pelos “fios invisíveis” da hierarquização de classes, e servem como discriminador da condição de “gente” e “subgente”, nos termos de Souza (2023), pessoas na maioria das vezes destinadas a uma forma de vivência análoga a de animais de rua, vivendo entre dejetos, suprimindo suas necessidades por meio de restos.

A perenidade da pobreza no Brasil tornou-se um projeto político, a julgar por todos esses anos, sem a apresentação de estratégias efetivas que minimizassem ou suprimissem o problema. Essa falta de medidas efetivas pode ser entendida, nos termos de Michel Foucault (2025), como uma espécie de “gestão dos ilegalismos”, na qual importa ao Estado a manutenção de fatores, como o da pobreza e da incivilidade para diferenciar os indivíduos. A situação apresentada no conto reflete essa condição, porque Cida está à mercê dos que detêm o poder, manifestado nas vestimentas que ela recebe para cobrir o corpo, roupas em descompasso com o adequado para o seu biotipo, para a sua necessidade e interesse, para seu gosto, para o seu tamanho e porte: “... usava roupas

de grife ao sol do meio-dia. Eram longos tailleurs, pantalonas e até uma estola de lebre que as moradoras dos prédios ricos lhe doavam por caridade ou deboche” (2021, p. 75); no dinheiro que lhe dão por piedade: “ao atravessar a praça, no começo eu lhe deixava uma nota de dois reais, o preço de uma água de coco, que ela guardava numa caixa de sapatos” (p. 75); nos restos de alimentos que provém sua sobrevivência, porém não fornecem nutrientes necessários para uma saúde plena: “Também graças à vizinhança ela aproveitava sobras de refeições...” (p. 75).

Esses simples gestos estabelecem os limites distintivos entre as pessoas e, na realidade social, tal diferenciação faz parte do que nomeia Foucault “jogos de poder” e são fundamentais para a sustentação de privilégios de classes. Nesse sentido, pensar a pobreza requer mais do que somente estratégias de cunho econômico, mas tornam-se insubstituíveis investigações no campo sociológico que demonstrem a composição do problema e os fatores que retroalimentam as engrenagens da violência. À vista disso, pondera Telles (2001):

Nesse diagnóstico feito sob vários ângulos e diversas entradas, saía o retrato de um país que construiu base econômica e institucional para melhorar as condições de vida da população brasileira, diminuir a escala das desigualdades sociais e viabilizar programas de erradicação da pobreza; se nos anos de crescimento econômico as chances não foram aproveitadas, isso não se deveu à lógica cega da economia, mas a um jogo político muito excludente, que repõe velhos privilégios, cria outros tantos e exclui as maiorias. Se a pobreza contemporânea diz respeito aos impasses de crescimento econômico num país situado na periferia do mundo capitalista, põe em foco sobretudo a tradição conservadora e autoritária dessa sociedade. (Telles, 2001, p. 18).

Na tradição da vida brasileira, a pobreza se organiza por meio das estruturas dominantes que, simbolicamente, efetiva os estigmas sociais mais comuns em relação ao pobre e, no conto, esses estigmas materializam-se na invisibilidade dos moradores de rua, na percepção de que são pessoas loucas, destituídas de racionalidade, portanto sem credibilidade, na ausência de bens primordiais a uma vida digna, na violência física e abusos sexuais a que estão submetidos. Essa ordem tem como elemento principal de sua estrutura a hierarquização e a presença do poder simbólico, conceito definido por Pierre Bourdieu (1989)⁸.

⁸ Para Pierre Bourdieu (1989), o poder simbólico se manifesta de forma dissimulada, invisível e silenciosa no corpo social, sendo constitutivo de seu núcleo as relações de poder e hierarquia. Emmanuel Terray (2003), pondera que “A violência simbólica tem por efeito estabelecer a legitimidade de um

A antropóloga argentina Rita Segato (2025) discutiu a estrutura hierárquica que organiza o corpo social, sobretudo, para tratar da violência de gênero, dado que no Brasil as mulheres sofrem em maior número com a violência urbana⁹. Dialogando com os pensamentos de Levi-Strauss na antropologia, bem como Lacan no campo da psicanálise, Segato pondera que, no ciclo da violência, independente de qual ela seja, tudo se volta para a instância hierárquica, sendo ela (a hierarquia) a força utilizada/necessária para a proteção do “mandato da masculinidade”, conceito cunhado por Segato (2025):

(...) Ou seja, a ordem “do simbólico” - isto é, a ordem da estrutura que organiza os significantes na vida social - é de “natureza patriarcal”, e a ordem patriarcal é, por definição, hierárquica e controlada pela presença do poder simbólico encarnado na figura do pai. (Segato, 2025, p. 70, grifo da autora).

A narrativa que tomamos para análise exemplifica, como tantas outras, que a estrutura patriarcal que opera na sociedade mantém-se também nessa situação de moradores de rua, porque é instituída pela ausência de uma disposição tal qual a que ocorre nas camadas sociais acima da linha da pobreza, com arranjos familiares mais organizados ou bem situados. A constituição social da personagem Cida reconfigura essa mesma estrutura, porque é uma mulher em situação de rua, vulnerável, que fica grávida de um filho cuja identidade paterna é atribuída a um outro morador de rua:

Logo entendi que ela não sabia quem era o pai da criança, e mais uma vez me enganei. O pai da criança era o Ló, que por enquanto não tinha condições de manter um filho no Rio de Janeiro, mesmo com todo dinheiro que ela lhe adiantava, o Ló não era daqui e achava uma tremenda irresponsabilidade levar uma criança para morar com ele em um lugar tão longe. (2021, p. 78).

Não obstante a ocorrência de uma gravidez em condições precárias, sem dignidade e sem identidade paternal definida, o suposto pai é identificado por um apelido, “Ló”, homem desprovido de nome e sobrenome, sobre quem não há informações ou dados, que não assume responsabilidade na criação, a quem Cida atribui uma existência extraterrena:

Sugeri que eles refizessem a vida juntos até no Nordeste, se fosse o caso, mas a Cida falou que eu nunca entendia nada. Apontou na direção onde ficava o país do Ló, só que não dava para ver de dia. Não acreditei que a Cida viesse com conversa de extraterrestre, mas segundo ela o Ló vinha realmente de outra constelação, de um tal

discurso, de uma decisão, de um agente ou de uma instituição, mas essa legitimidade supõe o desconhecimento da violência que a criou” (Terray, 2003, p. 303).

⁹ De acordo com o IPEA, no ano de 2024, as mulheres sofreram um total de 221.240 agressões. Em ambientes domésticos esse número se configurou em 144.285 mil.

planeta chamado Labosta. O Ló até lhe ensinava palavras na língua de Labosta, para quando eles finalmente pudessem se estabelecer por lá. (2021, p. 78).

Nesses emaranhados de “fios invisíveis” que formam a estrutura simbólica da violência, os pobres são excluídos da vida social, solapados pelas condições de sobrevivência, recebem identidades majorantes de sua condição marginal. Os nomes próprios são reduzidos a apelidos, a abreviaturas generalizantes sem que estejam atrelados a uma história ou elemento de pertinência a um grupo familiar, como os nomes da personagem Cida e de Ló, e o nome do país de que ele se origina: Labosta.

A criação dos hábitos, estudada por Norbert Elias (1990), pensou a constituição dos hábitos como forma de regulação dos comportamentos e organização do estado. Na concepção de Elias (1990), a cultura, a tradição são estabelecidas como forma de dominar os impulsos da biogênese, sendo possível o indivíduo suprimi-los pela aprendizagem social, capaz de alterar e criar hábitos novos e tradições fundamentadoras da vida em sociedade. A aprendizagem social dos indivíduos em situação de rua erige-se nesse emaranhado de ausências e absenteísmo de condições dignas, por estarem inseridos em uma camada social destituidora de relações familiares e sociais mais apropriadas ao desenvolvimento humano, desse modo atribui-se a esses indivíduos a característica de serem loucos ou destituídos de capacidade racional, como identificamos no excerto:

As joias que ele lhe dava estavam guardadas na sua ciixa de sapatos, que depois de muita relutância e mediante uma nota de cinquenta, ela me abriu. Eu nada disse, mas ela ficou ofendida com a minha cara, que era a cara de quem vê um punhado de areia e brita no fundo de uma caixa. Eu não tinha capacidade para compreender que aquilo eram outros, pratas, diamantes, tesouros que se desintegravam com a entrada na atmosfera terrestre mas que na subida voltariam ao estado brilhante. (2021, p. 79).

Outro aspecto intrínseco à situação de rua é a gravidez inesperada, recorrente entre os indivíduos nessa condição, expondo mais uma faceta dessa circunstância inapropriada de vida, com um contexto complexificando-se a partir do momento em que uma criança é gerada nessas condições. A trajetória de Cida reflete mais essa dificuldade, quando engravida e não tem o suporte de Ló, suposto pai, prosseguindo com a gravidez e confiante de que teria ajuda de seu conhecido, o narrador da história, que se responsabilizaria pela criação da filha. Desse ponto observamos a manutenção dessa continuidade das consequências da pobreza, a partir de uma nova vida, uma

criança, com uma infância comprometida, que provavelmente reproduzirá a experiência de vida da mãe, sozinha e desamparada em todos os sentidos, mas com expectativa de que alguém pudesse livrar a filha desse destino, quando delega ao narrador a responsabilidade de criá-la, como observamos nos trechos: “... e um dia me parou para dizer que, apesar de ser político, eu tinha jeito de ser bom pai. Eu tinha cara de quem amaria o seu futuro filho, o levaria para morar em um apartamento alto e lhe ensinaria bons modos.” (p. 77), “Disse que seu leite estava secando, por isso vinha me entregar a filha, como combinado” (p. 82). Esses excertos demonstram a preocupação de Cida com o futuro da criança que carrega e a consciência de que deseja uma vida melhor para ela, evitando a continuidade de uma vivência de exclusão e sem vínculos sociais mais adequados a uma criança, gerando adolescentes e adultos perdidos nas ruas, como afirma Garcia:

Decorre, pois, dessa ruptura, a ameaça constante de um conjunto de fatores sociais e políticos que fazem de um adolescente em situação de pobreza, uma identidade social e individual perdidas nas ruas hoje. E, no amanhã, um adulto a mais sem cidadania, cujo futuro encontra-se hipotecado na nota promissória da exclusão social pelo passo de políticas públicas malogradas, bem como pelas falhas do presente. (Garcia, 2015, p. 86).

A cadeia ideológica de figuras, discursos e sentidos que moldam o imaginário simbólico da sociedade é definida, primariamente, na infância dentro dos microcosmos das relações familiares, na qual o encalmamento postulado sobre comportamentos e atitudes são estabelecidos na cognição do indivíduo. Além disso, Souza (2023), contribui afirmando que a culturalização de determinados comportamentos está entranhada em nós, a ponto de não percebermos:

A imensa maioria das pessoas não possui a menor ideia de que foi construída por uma herança familiar específica. Como ninguém se lembra de como as ideias que possui foram, na verdade, implantadas na sua cabeça e no seu corpo, de modo a fundamentarem um comportamento imediato irrefletido pela experiência infantil, as pessoas imaginam, ingenuamente, que produziram conscientemente as ideias que possuem e determinam seu comportamento prático. (Souza, 2023, p.18).

Considerando o que foi exposto, identificamos as nuances dos sentidos expressos no conto “Cida”, que abordam o tema da pobreza, como um fator primordialmente social. Partimos desse princípio para a fundamentação da análise que foi realizada do conto, não suprimindo a importância dos referenciais econômicos, porém entendendo que a fundamentação da violência têm suas raízes fincadas na

construção social de tradições, discursos, ideologias, hábitos, símbolos, amalgamados pela sustentação de grupos e instituições dominantes.

2. Caridade e filantropia: o revestimento da exclusão no discurso da cordialidade

Segundo Telles (2001), a sociedade brasileira designa um lugar de invisibilidade ao pobre, tornando-o destituído de identidade, de interioridade e desprovido de capacidade racional e de reflexão. A pobreza e o pobre ocupam o mesmo lugar, generalizados pelos preconceitos que ocupam a formação social brasileira. Relegada a um lugar de abandono, Cida recebe a caridade da filantropia privada:

A Cida morava na praça Antônio Callado, endereço bacana a poucos passos do mar do Leblon. (...). Eram longos tailleurs, pantalonas e até estolas de lebre que as moradoras dos prédios ricos lhe doavam por caridade. Também, graças a vizinhança ela aproveitava sobras de refeições e tinha um travesseiro para deitar a cabeça no banco de cimento. (...) Ao atravessar a praça, no começo eu lhe deixava uma nota de dois reais, o preço de uma água de coco, que ela guardava numa caixa de sapatos sem agradecer nem erguer os olhos. (2022, pp.75-76).

Dessa forma, a filantropia privada, quando praticada, não age sobre o pobre como instrumento capaz de questionar as condições de cidadania negada, ou de direitos civis violados, pelo contrário, nessa ordem contemporânea de “culturalização da violência”, a pobreza ganha *status* de paisagem — componente de nossa modernidade — passível de provocar pena e dó, mas nunca indignação. Os “benfeitores” que ajudam Cida, a elite branca do Leblon, o fazem como forma de reafirmar os “códigos” de superioridade e hierarquia, nos termos de Souza (2023). Ao praticar caridade, essa elite tem a possibilidade de se enxergar sob uma espécie de espelho que reflete a benevolência e cordialidade¹⁰ do brasileiro e nesse comportamento da elite “caridosa” desvela-se a desigualdade, travestida de assistência social. Aldaíza Sposati (1988, p. 77) afirma que “São os pobres, figura clássica da destituição. Para eles, foi reservado o espaço da assistência social, cujo objetivo não é elevar condições de vida, mas minorar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria” e esse grupo recebe, ainda, o julgo da vergonha, por não estarem no mesmo patamar social. O conto revela esse aspecto quando o narrador se mostra envergonhado pela relação que mantém com Cida:

¹⁰ Termo discutido por Sérgio Buarque de Hollanda (2021).

Não sei se Cida queria botar chifre no Ló, mas na falta dele foi se apegando a mim. Nem bem eu despontava na praça, ela saltava do banco determinada a me acompanhar nas minhas andanças. Confesso que me dava um pouco de vergonha, porque no calçadão eu sempre topava com conhecidos, e por mais que acelerasse ela emparelhava comigo, com seu vestido de baile, a barriga protuberante e a caixa de sapatos. (2021, p. 80).

Cida, criação ficcional de Buarque, é uma representação dos brasileiros que vivem privados de cidadania, nas metrópoles e em muitas outras cidades do Brasil. Destinados à invisibilidade social, ocupam um espaço de discriminação e segregação no imaginário social. São relegados à indiferença, criminalizados por sua condição desafortunada e abandonados ao revés do capitalismo pernicioso. Independente de estar ou não em condição de rua, o pobre aprendeu, historicamente, a driblar a pobreza para sobreviver, “Pobre é como a fome (...) não espera. (...) Tem mania de improviso”, como disse a narradora de *O céu para os bastardos*, de Lilia Guerra (2023, p. 43). Essas estratégias são empregadas por Cida para que possa sobreviver no desalento das ruas de uma cidade como o Rio de Janeiro:

Também graças à vizinhança ela aproveitada sobras de refeições e tinha um travesseiro para deitar a cabeça no banco de cimento. Em noites de chuva dormia numa guarita abandonada na calçada do canal do Leblon, bem em frente ao seu jardim. E nas águas desse canal fazia suas necessidades, se lavava e lavava suas roupas finas... (2021, p. 76).

No conto nos deparamos com uma condição de exclusão evidenciada na personagem feminina que vive nas ruas de uma grande cidade, estando à margem da sociedade. Nesse pequeno trecho do conto destacam-se três áreas de maior vulnerabilidade entre a população marginal do Brasil: 1) a falta de moradia: “(...) dormia numa guarita abandonada” (p. 76); 2) o não acesso a saneamento básico: “E nas águas não muito limpas (...) fazia suas necessidades” (p. 76); e 3) o não consumo de água potável: “(...) E nas águas não muito limpas desse canal (...) se lavava e lavava suas roupas finas” (p. 76). De acordo com Escóssia (2021, apud Das e Poole, 2004, p. 47), o sentido de margens do Estado “compreende como lugar de exclusão e desorganização social, lugar de falta e ausência”. Dessa maneira, cabe ao pobre, margeado em direitos e cidadania, a sobrevivência em condições de privação material e identitária.

A exclusão cotidiana a que as autoras se referem relega ao pobre habilidades de negociação com o sistema social, influenciando em muitos casos nos acordos clandestinos,

que ultrapassam a ordem legal das coisas e que fazem parte da conjuntura, em sentido estrito com a pobreza. A história de Cida reproduz essa circunstância, por ser uma mulher privada de um lugar social de dignidade, engravida e fica sem o suporte do companheiro que “... achava uma tremenda irresponsabilidade levar uma criança para morar com ele em um lugar tão longe.” (p. 78), então atribui ao conhecido (o narrador) a tarefa de cuidar da filha, em um suposto combinado organizado da parte dela: “Disse que seu leite estava secando, por isso vinha me entregar a filha, como combinado. Ela estava enganada, eu morava sozinho e não daria conta de uma criança.” (p. 82).

O que fica disposto em nossa sociedade é que na excludente realidade em que o pobre vive, cabe a este “desenvolver modos criativos de sobrevivência” (Escóssia, 2021, apud Das e Poole, 2004, p. 50). Não distante disso, a criminalidade pode ser uma via de acesso àquilo que o Estado nega e essa discussão, ganha espaço em Telles (2010), quando a autora realiza uma cartografia nada oficial da cidade de São Paulo, na ocasião o trabalho da autora aponta para o “embaralhamento” de atividades legais com práticas ilegais, explicadas como forma encontrada, de possibilitar a “composição de renda” do pobre na cidade (Telles, 2010). Essa característica pode ser expressa inclusive nas formas de violência pela rejeição, como nas ocasiões em que Cida rejeita assistência médica, provavelmente por ter experienciado alguma ocorrência violenta, como exemplificado nos excertos: “Sua barriga crescia mais e mais, mas só do lado esquerdo, e quando lhe falei de consultar um médico ela me olhou com uma cara de raiva que eu desconhecia. Era evidente que tinha horror a médico, talvez tivesse tomado eletrochoques...” (p. 80) e em “Apressei-a para avançarmos mais algumas quadras, pois nossa rua desembocava quase em frente ao Hospital Miguel Couto. Ao ver o hospital ela deu meia-volta, saiu correndo com aquele barrigão...” (p. 81).

A partir da narrativa em análise, buscamos discutir como os aparatos legais se traduzem, arbitrariamente, como distanciadores entre o pobre e a cidadania no Brasil, aspecto que deveria ser um meio de acesso e legitimação da condição de cidadão. O que vemos ainda hoje no Brasil é o uso da legislação para causar cisão entre as classes sociais. Segundo Telles (2001), a legislação brasileira caminha em sentido contrário, ao invés de agir para a supressão das desigualdades sociais, ela estabelece uma relação arbitrária com o pobre “indigno” de direitos e reconhecimento:

É nisso que se explicita o aspecto mais desconcertante da sociedade brasileira, uma sociedade que carrega uma peculiar experiência histórica na qual a lei, ao invés de garantir e universalizar direitos, destitui indivíduos de suas prerrogativas de cidadania e produz a fratura entre a figura do trabalhador e a do pobre incivil. Chama sobretudo a atenção uma lei que, ao proclamar e garantir direitos sociais, sacramenta desigualdades, repõe hierarquias pelo viés corporativo e introduz segmentações que transformam em pré-cidadãos todos os que não possuem carteira de trabalho. (Telles, 2001, p. 24).

Tomando como ponto de partida a discussão que os teóricos fazem sobre as leis funcionarem como, uma espécie de chancela da hierarquização, o conto “Cida” possibilita enxergarmos a violência como culminação do processo fomentado pelas desigualdades, realizando-se na forma como a lei é interpretada e consequentemente aplicada, nas instâncias mais críveis da vida social.

Cida é a analogia dos muitos e milhares de brasileiros em situação de rua, protagonistas da privação urbana. Encontram-se privados de dignidade, de civilidade, de justiça, de esperança, destituídos de serem vistos, percebidos pelo poder público que, indiferente aos seus sofrimentos, os oprimem e expulsam até dos locais que deveriam ser o de circulação pública: “A associação de moradores do bairro não queria mais saber de mendigos na rua, e quando necessário acionava a prefeitura, que recolhia a uns albergues superlotados, quando não mandava a limpeza pública enxotá-los com jatos de água. (2021, p. 84). Essas pessoas em situação de rua, entretanto, sob a letra da lei, possuem os mesmos direitos das outras que, munidas de condições materiais e morais, consideram-se mais merecedoras da civilidade prometida pelo Estado. A parcela desses indivíduos mais bem posicionados na ordem social garante assistências, é ouvida e tutelada pela proteção do poder público. Essa distinção, nos termos de Souza (2023), ocorre pela manutenção da ideia de superioridade historicamente fundada no sentido de ocupação que o indivíduo tem dentro da organização social. Estigmatizados, os indivíduos que não pertencem, por vários motivos, a essa ordenação arbitrária e na maioria das vezes burocrática, no que tange à documentação, estão relegados à humilhação e ao desprezo, tanto social quanto estatal.

Na realidade figurada por Cida e por milhares de brasileiros, ter acesso aos bens essenciais pode aferir ao indivíduo, mesmo que minimamente, autonomia sobre si e isso se traduz em um sentimento de autoestima. Ser percebido e considerado como detentor de valores subjetivos reporta a esse indivíduo pobre a parte de dignidade essencial para superar múltiplos estigmas e privações e a sugestão que o narrador nos apresenta acerca

de uma vida animalizada e cheia de improvisos sustenta o debate em torno da negação estatal do estado de “ser gente” ao pobre. Assim marcada pela indiferença, pela invisibilidade e pela segregação social, o conto evidencia a submissão da personagem à privação dos elementos mais básicos da vida humana, como a milhares de pessoas em situação de rua nas ruas do país, destinadas ao esquecimento ou ao apagamento, como acontece no final do conto, quando o narrador encontra a filha de Cida e este pergunta onde está sua mãe:

... Até que outro dia, como quem vê um fantasma, avistei uma moça albina sentada no banco da praça, num vestido meio roto que eu conhecia no corpo da Cida:
 -- Sacha.
 Ela me olhou com seus olhos transparentes.
 -- Lembra de mim?
 Quase colou o rosto no meu, a fim de me enxergar.
 -- Sou o amigo da Cida.
 Não me reconheceu.
 -- Cadê sua mãe?
 Buscou debaixo do banco a caixa de sapatos de Cida e me mostrou ali dentro um punhado de cinzas.
 -- Quando ela voltar para Labosta, vai ficar de novo inteira, igual ela era aqui. (p. 84-85).

O encontro com a filha de Cida nos propõe alguns sentidos: primeiro, chama a atenção a circularidade, que traz para a cena descrita a repetição cíclica de uma estrutura baseada na pobreza. A continuidade de todos os problemas sociais vividos por Cida se transfere para a filha, que começa a encenar nesse lugar social em que a mãe estava inscrita. Em segundo, tomando por base as discussões feitas no correr desta análise, constatamos que o legado da pobreza não é uma questão dependente do indivíduo, ela reúne fatores diversos que, somados, inscrevem o indivíduo no quadro social da pobreza, não é uma questão intuída, conscientemente, pelo indivíduo. Se o que conhecemos é só privação e incivilidade, como legar aos herdeiros direitos e cidadania? Assim como milhões de brasileiros, submetidos à pobreza e ao desprezo social, Sacha recebe o legado da miséria, da invisibilidade social e documental, da precariedade em valer-se reconhecida como “gente”, retroalimentando uma circularidade da pobreza e da exclusão.

Considerações finais

A violência é um fator integrante da realidade brasileira, marcando a rotina e o cotidiano da sociedade, incidindo sobre os indivíduos em suas várias formas de

manifestação, seja de maneira física, material, psicológica ou simbólica. Esse tema permeou e permeia várias produções literárias nacionais, explicitando, por meio de narrativas e personagens, o modo como a sociedade se adapta e se comporta diante dessas violências. O conto “Cida”, objeto de análise neste texto, é um exemplo de como a violência incide sobre pessoas em situação de rua, relegando-as a uma posição marginal de exclusão e apagamento social.

A personagem central da narrativa e que nomeia o conto é uma mulher de meia idade, que convive com as dificuldades e experimenta um lugar da segregação e da marginalização, uma mulher sem um ponto de fixação social, uma casa, um lar, uma família. Não há alusão clara e direta da existência de um documento, ou a falta dele, que ateste seu registro civil e sobre Cida se sabe pouco, apenas lapsos de suas lembranças e informações vagas informadas pelo narrador que a conhece das ruas do bairro por onde caminha.

Buscamos desenvolver a discussão com base nos efeitos de sentidos daquilo que está posto, na invisibilização social que acomete a existência de Cida, resultante de uma vivência circunscrita na e pela ausência dos elementos básicos para a cidadania e na garantia dos direitos constitucionais, tais como um nome completo, os documentos de identificação, uma residência fixa e digna, alimentação, condições de acesso e permanência nos espaços públicos, de vestimenta, de educação, e de serviços de saúde que propiciem um acompanhamento adequado à maternidade, dentre outros que são alcançados pelas classes sociais mais favorecidas e que lhe garantam o acesso à cidadania.

O conto “Cida” revela sobre um país que, na ausência de políticas públicas ou na má aplicabilidade das existentes, voltadas principalmente aos que se encontram em situação de rua, encaminha à morte esses indivíduos, destituindo-os de dignidade e de (re)conhecimento social, por restringir o acesso e mantê-los às margens da sociedade. Essa estrutura social assinalada por grandes desigualdades é uma maneira de manter as relações de poder que organizam a composição social e as estruturas simbólicas da violência, que operam sobre esses sujeitos, atingindo cotidianamente milhares em situação de rua, vivendo à deriva da sociedade.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BUARQUE, Chico. *Anos de chumbo: e outros contos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.
- BUARQUE, Sérgio Holanda de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: autêntica, 2021.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: UnB, 1996.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the State*. Novo México: School of American Research Press, 2004.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador I: Uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- ESCÓSSIA, Fernanda da. *Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.
- GARCIA, Denize Elena. A política da desigualdade no Brasil: adolescentes em situação de rua. IN: LARA, Gláucia Proença, LIMBERTI, Rita Pacheco (Orgs.). *Discurso e (des)igualdade social*. 1. ed. 1ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- GUERRA, Lília. *O céu para os bastardos*. São Paulo: Todavia, 2023.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Edusp, 2023.
- SCHWARZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SEGATO, Rita. *As estruturas elementares da violência: ensaios sobre gênero entre antropologia, psicanálise e os direitos humanos*. Tradução de Danú Gontijo, Livia Vitenti e Mariana Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: uma leitura alternativa do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2023. Lília Guerra (2023)
- SPOSATI, Aldaiza. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1998.

TELLES, Vera Silva da. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: 34, 2001.

TERRAY, Emmanuel. Proposta sobre a violência simbólica. In. Pierre Encrevé e Rose-Marie Lagrave. (org). *Trabalhar com Bourdieu*. Tradução de Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.